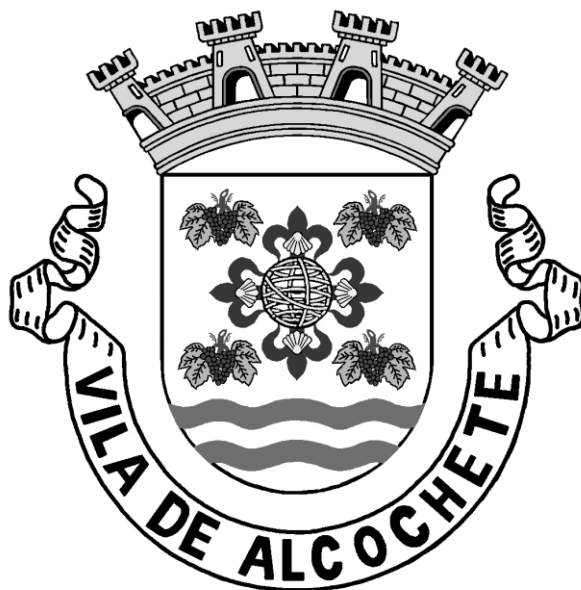




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01 /18

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 23 DE
FEVEREIRO DE 2018**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Bruno José Pereira Soares, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Ana Mafalda Boieiro Marques e João Ricardo Figueiredo Lopes.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Rodolfo Soares Marques Pereira, da CDU, por licença de paternidade, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 1).

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, da CDU, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Ana Cristina Tavares Almeida Brandão. Justificaram também a sua ausência os deputados Luís Afonso e Maria de Fátima Vieira. (Anexos à Minuta da Ata como Docs. 2 e 3).

- Luiz Branco Batista, do PPD-PSD, por motivo de saúde, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 4).

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, do PPD-PSD, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por João Afonso Félix Tomé Loia de Almeida. Justificaram também a sua ausência os deputados José Martins, Paula Cristina Pinheiro, João Paulo Canteiro, Carolina Batista, Américo Carvalho e António Pinto Silva. (Anexos à Minuta da Ata como Docs. 5, 6,7,8,9,10 e 11).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Vasco André Marques Pinto.

Não compareceu o vereador Pedro Miguel Abreu Louro por motivo considerado justificado.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2017:

Submetida à discussão, foram colocadas considerações (não cumprimento do tempo regimental de envio à Assembleia, entre outras) que levaram a que, por proposta do presidente da Assembleia Municipal o assunto fosse retirado, passando para posterior deliberação.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- João Almeida em nome do PPD-PSD, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Cardoso. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 12)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Edmundo Pedro e António Manuel Cardoso. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 13)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 3 abstenções do CDS-PP e 21 votos a favor (PS, CDU e PPD-PSD).

- Andreia Sousa, pelo PPD-PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Criação do Conselho Municipal da Juventude”. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 14)

Submetido à discussão, usaram da palavra os seguintes deputados:

- Ricardo Loureiro:

Referiu que atendendo já ser do conhecimento público que o atual executivo se encontra a trabalhar na criação de uma Comissão Municipal da Juventude, entende que a apresentação da moção é extemporânea, apesar de concordar com a importância do tema.

- Natacha Patinha:

Chamou a atenção para o facto de os Conselhos Municipais de Juventude limitarem a participação dos jovens na vida do concelho. O tema já foi debatido no anterior mandato, tendo-se chegado à conclusão que apenas as entidades inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis podem pertencer ao Conselho Municipal da Juventude, sendo estas o GilTeatro, as juventudes partidárias, as juntas de freguesia e mais uma ou outra. No anterior mandato foi criado o Fórum da Juventude, este muito mais abrangente, porque para além das entidades já referenciadas permite incluir outras entidades como as coletividades também ligadas aos jovens.

Dadas as considerações anteriores, na sua opinião, não se justifica a criação da Comissão Municipal de Juventude, tanto mais que já existe um Fórum.

- Álvaro Costa:

Entende que o documento apresentado assenta em pressupostos errados porque fogem daquilo que é efetivamente o interesse da juventude e faz acusações óbvias quando refere que o município de Alcochete sempre ignorou e nada fez relativamente a esta temática.

- Alexandre Gonçalves:

Afirmou que lhe é muito cara a preocupação manifestada pelos jovens na participação da atividade política e em tudo o que lhes diga respeito, independentemente da sua cor política.

Reside em Alcochete há já alguns anos, contudo não se recorda de ouvir falar do referido Fórum, questionando por isso quantos vezes reuniu este?

A bancada do CDS congratulou-se com a apresentação deste documento por parte dos jovens da juventude do PSD e votarão a favor da mesma.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu que o Fórum da Juventude foi criado em 2017 e reuniu. Em representação da Junta de Freguesia de Samouco participou no mesmo onde se propuseram algumas iniciativas, tal como a participação no Festival da Liberdade, entre outras.

Submetida à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 10 abstenções da CDU e 14 votos a favor (PS, PPD-PSD e CDS-PP).

- João Almeida em nome do PPD-PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Sensibilização da apanha de bivalves no estuário do Tejo”. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 15)

Submetida à discussão, Álvaro Costa pela bancada da CDU e Ricardo Loureiro pela do PS, propuseram retirar o 2.º parágrafo do texto, o que foi aceite pelo PSD.

Participaram ainda na discussão do documento os seguintes deputados:

- Alexandre Gonçalves:

Considerou que o assunto é transversal a todos os partidos e é uma preocupação deste concelho e não só, dada a sua localização geográfica na margem do Tejo. Não é de fácil resolução e arrasta-se há já alguns anos, mas que se tem vindo a agravar e a envolver mais pessoas, para além da envolvência ambiental, segurança, higiene pública e outro tipo de atividades ilícitas perfeitamente condenáveis.

Reconhece que este executivo já deu os primeiros passos na tentativa de arranjar soluções, salientando no entanto, que todos devem lutar e unir esforços na busca de solução para o problema.

- Pedro Ferreira:

Afirmou ser com gosto que vê o PSD e o CDS preocupados com este assunto, lembrando porém, que quando estes dois partidos faziam parte do anterior Governo, nunca responderam aos ofícios sobre este tema, remetidos pela Junta de Freguesia de Samouco. O atual também ainda não fez reduzir em nada o problema.

Nunca houve respeito para com a Junta de Freguesia enquanto instituição, porque esta tem desde sempre alertado tudo e todos para esta enorme preocupação e não obteve respostas.

Na verdade, o problema começou por se agudizar na freguesia de Samouco, porém é também já uma séria preocupação na freguesia de Alcochete. A propósito da vinda a Alcochete dos representantes da Administração do Porto de Lisboa, lamentou que não se tenham deslocado ao Samouco, para aferirem o estado deplorável em que a praia se encontra, não esquecendo a sua envolvência. As populações começam a ficar saturadas e não é de descurar que ações de confronto e outras, que ninguém pretende, possam acontecer.

Alexandre Gonçalves lembrou que o anterior Governo promoveu em Alcochete um debate sobre o assunto no qual participaram membros do Governo, tendo Pedro Ferreira retorquido ser preocupante promoverem debates sem responderem às sucessivas preocupações manifestadas pela Junta de Freguesia de Samouco.

Acrescentou, em relação à questão da depuradora, que o Governo apoiou a instalação de uma no concelho do Barreiro, contudo, apesar de achar bem, salientou que não concorda quando se afirma que a Câmara deixa fugir receitas com este assunto, porque não é a Câmara que deixa fugir mas sim o Governo.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas.

- Susana Maia, pela CDU, apresentou uma Saudação sobre “40 Anos do MURPI”. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 16)

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Mafalda:

Não pretendeu desvalorizar a importância do Movimento, mas a bancada do CDS considera descabida, absurda e até mesmo irónico, a apresentação desta saudação pela bancada da CDU, uma vez que na Assembleia da República, aquando da aprovação das leis que visavam a condenação do abandono dos idosos apresentadas pelo CDS, a bancada da CDU tomou a decisão de as vetar.

- Álvaro Costa:

Frisou a importância do documento, apelando a que se tivesse respeito pelos mais idosos, que deram e continuam a dar tudo pela existência deste país e que na prática lutaram para que se pudesse estar aqui de forma aberta e franca.

O MURPI é reconhecido pelo papel importante na defesa dos reformados e lembrou à deputada Ana Mafalda que na Assembleia da República, o CDS votou contra o aumento das reformas, penalizando por isso os idosos com mais dificuldades.

A apresentação da Saudação apenas pretendeu enaltecer e assinalar o aniversário da instituição, que existe há mais de 40 anos na defesa dos reformados mais fragilizados.

- Natacha Patinha:

Não ficou espantada com a posição da deputada do CDS, porque acaba por traduzir aquilo que o CDS defende a nível nacional, ou seja o favorecimento dos que mais têm. A rejeição por parte do PCP da proposta em Assembleia da República, teve em vista evitar que se criminalizassem os mais desfavorecidos, dado ser certo serem razões económicas que levam muitos familiares a abandonar os idosos nos hospitais.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Pela defesa do Serviço Postal dos CTT”. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 17)

De seguida, explicou porque apresentavam esta moção, salientando ser importante tentar reverter o que está a acontecer um pouco por todo o país, com o encerramento de muitos balcões. Os serviços públicos postais não são uma empresa, são por Lei um serviço público essencial.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor da CDU e 14 abstenções (PS, PPD-PSD e CDS-PP).

- Ricardo Loureiro fez declaração de voto em nome do PS. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 18).

- Mário Boieiro fez declaração de voto. (Anexo à Minuta da Ata como Doc.19)

A situação concreta relativamente ao posto de Alcochete será adiante abordada nesta ata.

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Dia Internacional da Mulher”. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 20)

Submetida à discussão, Alexandre Gonçalves afirmou que o CDS é contra toda e qualquer forma de discriminação e sobretudo quando esta é dirigida às mulheres.

A mulher desempenha um papel cada vez mais ativo e participativo na sociedade e tem também um outro papel muito importante que é o de ser mãe.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e PPD-PSD) e 3 abstenções do CDS-PP.

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor a “Alcochete pelos 120 anos da Restauração do Concelho, à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 pela celebração dos seus 120 anos, ao Grupo Desportivo da Fonte da Senhora pelo 34.º aniversário e ao 33.º aniversário da elevação de S. Francisco a freguesia.” (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 21).

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o presidente da Assembleia informou que foi disponibilizado na área reservada da Assembleia a resposta ao requerimento apresentado pelo PSD na última sessão.

Relativamente ao requerimento apresentado pela CDU, esclareceu após leitura do extrato da gravação da sessão, a dúvida suscitada pelo recebimento ou não de um *e-mail* remetido pela CPCJ, frisando nunca ter afirmado que tenha recebido qualquer e-mail/ofício, da CPCJ no qual esta manifestasse vontade de que a Comissão tivesse na sua composição um elemento de cada bancada. Porém e após esta explicação, o assunto mereceu troca de impressões entre o presidente da Assembleia e os deputados Henrique da Câmara, Álvaro Costa, Ana Cristina Brandão que de alguma forma mostraram discordância não considerando suficiente a explicação. Mais, Henrique da Câmara, afirmou que o presidente da Assembleia explicou à sua maneira, porém como elemento da bancada da CDU não ficou satisfeito com a resposta, apesar de ter que aceitar, por não se ir adiantar mais nada sobre este assunto.

No seguimento das intervenções, João Lopes questionou se continuava ou não em funções na CPCJ, tendo sido esclarecido pelo presidente da Assembleia que todos se mantêm em funções até nova indicação.

- Andreia Sousa:

Congratulou-se com a atribuição dos Prémios de Mérito aos dois melhores alunos do 12.º ano da Escola Secundária de Alcochete, por parte do executivo camarário, salientando que esta atribuição já tinha sido defendida pelo JSD – Juventude Social Democrata.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- João Lopes, solicitou também esclarecimentos quanto à realização do Festival da Liberdade, que tem anunciada a sua realização em junho próximo em Alcochete, evidenciando desde logo, algumas preocupações relativas à segurança, tanto mais que na sua opinião, a tipologia da vila não tem muito a ver com as localidades onde este já se realizou.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a iniciativa da AMRS da qual o município faz parte e que esta organização definiu no encerramento do festival realizado em 2017, que em 2018 seria realizado em Alcochete (nos dias 15 e 16 de junho). Têm reunido algumas vezes e as preocupações manifestadas pelo deputado são também as do executivo. Ainda se encontram a limar algumas arestas relativamente ao local, porém, é vontade que o mesmo ocorra nos terrenos da antiga DRAGAPOR, apesar de ser um espaço degradado, o que nos foi transmitido pela AMRS é que existem condições para uma partilha alargada entre municípios pertencentes a esta Associação, no sentido de que o espaço possa ficar preparado para acolher uma iniciativa que já tem data marcada.

O município de Alcochete é um parceiro atento e irá pugnar pelo interesse da segurança quer de quem vai laborar na organização do evento, quer dos milhares de pessoas que possam estar de facto nestes dois dias em Alcochete a desfrutar do festival.

- Natacha Patinha:

Voltando ao assunto dos CTT em Alcochete, mais precisamente na freguesia de Alcochete, afirmou que desde o primeiro momento em que a junta de freguesia soube que existia um risco efetivo de a estação dos CTT fechar em Alcochete, imediatamente comunicou à Câmara Municipal. Não foi com o telefonema recebido a 8 de novembro no qual os CTT informalmente informavam que os poderiam fechar naquela zona por litígio com o senhorio e que por isso procuravam novo espaço, que se identificou um problema. Como todos sabem o arrendamento particular em Alcochete é fraco, mas lojas existem muitas para arrendar.

Perante isto, não entende o que levou a Câmara a lamentar publicamente a situação. Na verdade, no dia 8 de novembro tratava-se de uma situação normal: um privado que entra em litígio com o senhorio e que em face disso procura novo espaço. Mais, a junta de freguesia até deu indicação e forneceu os contactos de uma coletividade local, o Grupo

Desportivo Alcochetense, no sentido de se poder estabelecer uma parceria e quem sabe, potenciar aquela zona e resolvendo um problema aos CTT.

Nesta fase não havia nenhum risco!

Refere ainda a Câmara no seu comunicado de 26 de janeiro que se tivesse tido conhecimento atempado do problema, mas a deputada questiona em devido tempo quando? A 8 de novembro? Quando ainda não havia identificado nenhum risco? Não entende o que se pretendeu com a publicação do comunicado para além de tentar denegrir a posição da junta de freguesia de Alcochete.

A junta de freguesia a partir do momento em que identificou uma situação de perigo tudo fez e tenta colaborar com a Câmara para evitar a situação de fecho da estação. No comunicado de 1 de fevereiro esta reclama que poderia ter encontrado uma melhor solução se não tivesse havido omissão de informação. Mas qual omissão, se a junta comunicou no momento em que soube que a intenção dos CTT passava por encerrar a estação e angariar parceiros. Esta situação é que era de facto um risco para a população!

A 16 de fevereiro a junta reuniu com o senhor José Brito, Diretor da Área dos Parceiros dos CTT e este informou que dado o ruído que se gerou em Alcochete, os CTT voltavam atrás na decisão de encerrar a loja e que tinham entrado em entendimento com o senhorio, não tendo confirmado ou desmentido que seria apenas por mais um ano, ao invés de notícias que têm sido publicadas nas redes sociais.

O executivo da junta de freguesia, está tranquilo, com consciência que tudo fizeram na perspetiva da defesa e da salvaguarda dos interesses da população de manter a única loja, independentemente de os CTT optarem por manter a intenção de angariar novos parceiros, o que não parece ser de criticar.

- Pedro Ferreira:

Nesta temática e em relação à freguesia de Samouco, considerou preocupante a atitude da Câmara face aos termos da informação prestada à população, dado que apesar de a notícia no sítio da Câmara reiterar a preocupação de dotar a freguesia de igual loja, refere também e incorretamente que a Junta de Freguesia de Samouco, após reunião com o representante do Conselho de Administração dos CTT, teria manifestado indisponibilidade em ceder as suas instalações para a criação de um serviço dos CTT, contrariamente ao que se verificou com a Junta de Freguesia de S. Francisco.

Trata-se de uma notícia falsa nos argumentos (pode não ser falsa da pessoa que o referiu) e foi com desagrado que viu a notícia, pelo que no dia 6 de fevereiro remeteu e-mail ao Presidente da Câmara dando conta do desagrado. Na sua opinião, a Câmara numa relação cordial e institucional, deveria ter solicitado as informações à junta de freguesia antes de publicar uma notícia acusatória.

De seguida, relembrou o historial da prestação de serviços dos CTT na freguesia de Samouco, salientando a disponibilidade da junta desde sempre, em disponibilizar as suas instalações. Acontece que os CTT para além das instalações, pretendiam também que fossem facultados funcionários e com isso a junta não concordou. Contudo, continuou a envidar esforços para se conseguir obter um espaço, junto de comerciantes

locais, mas as exigências dos CTT são de tal monta que nenhum aceitou até agora a parceria, sendo o que o único que aceitou rapidamente desistiu, pois os CTT exigiam a abertura todos os dias da semana.

Mais informou que os CTT chegaram a referir que a população do Samouco estava acautelada pelo serviço existente no posto do Continente no Montijo, facto que mereceu desde logo o descontentamento por parte da junta de freguesia.

Mais referiu que, em resposta ao e-mail, o presidente da Câmara informou que não alterava a notícia porque tudo o que foi exposto era fatual, e que a Junta de Freguesia do Samouco deveria ter prestado informação antes da reunião, questionando assim, como é que poderia ter fornecido qualquer informação se que não tinha conhecimento da reunião agendada pela Câmara com os CTT?

Lamentou que, mesmo depois da explicação da Junta de freguesia, a notícia continuasse no *sítio* da Câmara, não havendo nenhum desmentido e isto é que considera fatual. Nunca permitirão que a dignidade do executivo da junta seja colocada em causa, continuando a pugnar pela seriedade e pela transparência, tendo por isso publicado uma notícia esclarecedora no *sítio* da junta e na página de *facebook*.

- Ana Maduro:

Afirmou que se ouve falar em rigor e transparência, mas para a bancada do PS isso é a forma de trabalhar em prol do concelho. Entende que saber trabalhar é resolver problemas, e isso foi o que a Câmara fez apesar de ter tido conhecimento tardio do que se passava, restando-lhe assim enaltecer o trabalho desenvolvido por esta.

Seguidamente, os deputados Ricardo Loureiro, Álvaro Costa e Natacha Patinha também teceram comentários sobre esta temática: o primeiro na linha da anterior deputada e o segundo chamando a atenção para o facto de uma empresa privada conseguir pôr os órgãos autárquicos a defender a obrigação que os CTT têm que é o de prestar o serviço público e ao mesmo tempo de uma forma diferenciada, porque a situação normal é que o posto de Alcochete tenha delegações nas juntas de freguesia. Por último Natacha Patinha, discordou da deputada Ana Maduro, explicando uma vez mais o desenrolar dos factos.

- Presidente da Câmara:

Sucintamente, referiu:

Para além das explanações, o mais importante é a população da freguesia de Alcochete ter o serviço assegurado pelo menos até março de 2019 no local onde nos últimos anos funcionou.

Entende que na comunicação tanta obrigação tem a Câmara de devolver comunicação como têm as juntas de freguesia de fazer o mesmo. O problema é que em 25 de janeiro o executivo desconhecia qualquer anormalidade com a estação dos CTT em Alcochete, ao contrário do que alguns presentes nesta sessão afirmavam nas redes sociais.

Quando recebeu o e-mail da Junta de Freguesia de Alcochete, ficou preocupado e solicitou a marcação com urgência de uma reunião com aquela entidade, tanto mais que os CTT estavam a ser notícia em todo o país devido ao encerramento de vários postos.

Na sua opinião, a presidente da junta de freguesia não atingiu por falta de conhecimento, de sensibilidade ou do que quer que seja, porque deveria ter comunicado com a Câmara mais cedo.

Da reunião com o administrador dos CTT ficou a saber da condição imposta pelo senhorio e apesar de não ser competência da Câmara nem querendo fazer de mediador imobiliário, decidiram de acordo com os parâmetros necessários encontrar uma solução, sendo uma delas o GDA. Nesta reunião também se achou ser oportuno aproveitar para abordar a situação na freguesia de Samouco.

Congratulou-se pelo facto de o anterior presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco ter aceite a parceria com os CTT assim como o atual presidente.

- Pedro Ferreira:

Manifestou perplexidade em relação ao que considera ser uma contradição do presidente da Câmara que por um lado julga a presidente da junta por não ter comunicado mais cedo não tendo por isso alcançado a situação, contudo, no que se refere à junta do Samouco o presidente da Câmara não solicitou informação a esta, o que o levou a dizer que entende muito bem porque é que isto foi feito desta forma.

- Carla Pereira:

Questionou onde irá funcionar o Posto Móvel de Saúde no Passil e que população ficará abrangida?

- Solicitou um ponto de situação relativamente à obra de requalificação do Miradouro Amália Rodrigues, nomeadamente sobre a 1.^a fase que será feita por administração direta.

- Presidente da Câmara:

Na extensão do Centro de Saúde de Alcochete no Passil, passará a estar quinzenalmente uma unidade móvel, devidamente equipada com gabinete médico e enfermagem e contará com o apoio do espaço físico onde funcionava a extensão que funcionará como sala de espera.

É objetivo da Câmara que esta unidade móvel possa abranger não só a população do Passil mas também a de toda a zona circundante: Terroal, Monte Laranjo e Barroca d'Alva.

Da parte de quem gere esta unidade móvel há disponibilidade para que a periodicidade possa ser alterada para semanal se se justificar.

Em relação à obra de requalificação do Miradouro Amália Rodrigues informou que se encontra em fase final dos procedimentos. Esta obra não compreendia uma outra muito

necessária e esta (1.ª fase) será feita por adjudicação direta, para instalação ao nível do subsolo das estruturas de águas e de saneamento, em virtude de as existentes serem muito antigas.

As obras da 1.ª fase terão início no prazo de sensivelmente três semanas e deverão terminar no período em que se iniciará a obra de requalificação.

De seguida, o deputado da bancada do PS, Ricardo Loureiro, fez uma exposição sobre o juramento de lealdade que é assumido por todos os deputados na tomada de posse, relacionando esta temática com o apoio expresso por alguns membros desta Assembleia em publicações de *facebook* que denigrem a imagem da Assembleia e do seu presidente designando este de incompetente. Após esta exposição, registaram-se intervenções de alguns deputados sobre a temática em causa.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- João Marafuga:

Chamou a atenção do executivo e em especial do vereador Vasco Pinto, para o que considera ser um problema grave que é a desconstrução dos contos infantis e os encontros intergeracionais, que vem sendo prática nos serviços da Câmara, porque as coisas não são tão inocentes como podem parecer.

- Diogo Mourão:

Esclareceu que dos presentes apenas ele esteve presente na única sessão realizada no mês de março de 2017, no Fórum Cultural de Alcochete do Conselho Municipal da Juventude. Faz parte da juventude socialista e já na altura afirmou que a sessão não passava de uma mera medida eleitoral como se comprovou.

Foi prometido que este reuniria de 3 em 3 meses, mas tal não aconteceu, nem tão-pouco foi aprovada a ata da única sessão. Mais solicitou, que para completo esclarecimento se consulte o artigo 4.º do capítulo II da Lei que define a composição deste Conselho.

- Paulo Monteiro:

Questionou até quando se manterá a alteração ao trânsito na rua das Descobertas, em Alcochete, em virtude de o edital apenas prever a duração de um mês, pelo que já caducou há muitos meses. Tal situação acarreta incómodo e insegurança porque as viaturas circulam em contramão e torna-se difícil entrar nas garagens.

Mais disse, que é a primeira vez que assiste a uma Assembleia, mas ficou mal impressionado com o decorrer desta.

O presidente da Câmara esclareceu que não é vontade de nenhum eleito independentemente da sua ideologia, proporcionar um impacto negativo, junto de quem vem assistir às sessões, que todos querem que sejam cada vez mais participadas.

Quanto à rua das Descobertas, explicou que o terreno é privado, apesar de ter desde há muito tempo serventia pública. Acontece que o promotor do projeto urbanístico que está a ser construído na zona começou a arranjar o terreno e o proprietário embargou no sentido de parar a obra enquanto não ficar definida a questão. A Câmara tem já pronta a minuta de um protocolo a celebrar com o proprietário, para permitir que o problema seja ultrapassado.

O presidente da Assembleia Municipal salientou ser obrigação de todos os deputados defenderem os interesses de Alcochete, apesar de por vezes as discussões serem um pouco mais acaloradas.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia Municipal solicitou a inclusão de 2 pontos na Ordem do Dia, nomeadamente dos pontos 5 e 7 indicados na mesma. A documentação referente aos pontos foi disponibilizada mas não cumpriu o prazo legal de envio à Assembleia, frisando porém, ser urgente a deliberação sobre os mesmos.

Submetido à votação, foi rejeitada a inclusão, por 13 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção, não se obtendo assim a maioria de 2/3 de acordo com a Lei. Desta forma, ficaram assim retirados os pontos 5 e 7 da Ordem do Dia.

Após esta votação, o presidente da Câmara, sem querer ferir o estipulado no regimento, solicitou que a Assembleia se debruçasse um pouco sobre estes pontos, em virtude de:

- quanto ao ponto 5, o que se pretende é que a Assembleia aprove a repartição de encargos plurianuais dado que a obra terá um pagamento em 2018 e outro em 2019, solicitando por isso que o ponto seja acolhido, desburocratizando-se assim o processo para que se possa continuar a fazer aquilo para que todos ali estavam que é servir a coisa pública.

- quanto ao ponto 7, explicou que o executivo está a desenvolver ações no sentido de fazer uma revisão ao Organograma da Câmara Municipal que é da sua competência. À Assembleia é pedido que para uma maior eficiência e eficácia nos Serviços, se torna imperioso criar mais uma Divisão e isto é competência da Assembleia.

Face a estes considerandos, sugeriu ao presidente da Assembleia que fosse feita nova consulta à Assembleia, no sentido de verificar se os deputados teriam condições para alterar o seu sentido de voto.

- Presidente da Assembleia:

Corrigiu a apresentação dos pontos porque não os colocou à votação em separado, ressaltando contudo, que a Lei prevê o procedimento da inclusão quando haja urgência.

- Álvaro Costa:

Entende que se trata de uma questão funcional e regimental que a Câmara terá que ter sempre em atenção no diálogo com a Mesa da Assembleia, porque não pode aprovar e remeter documentação à Assembleia no espaço de vinte e quatro horas, o que aconteceu para esta sessão.

Quanto à urgência manifestada, entende que a Assembleia pode marcar outra reunião, podendo inclusive ter adiado para mais tarde a convocação desta sessão, ou convocar uma sessão extraordinária, não colocando assim o ônus nos deputados, tanto mais que não há assuntos mais importantes e menos importantes. Considerou ainda ser descabido voltar atrás na votação.

- Presidente da Câmara:

Reiterou a sua anterior intervenção e frisou que a bancada da CDU não querendo dar um passo atrás para refletir, está a prestar um mau serviço à comunidade, por ficar em causa a empreitada em questão e o aproveitamento de uma candidatura ao Quadro Comunitário que tem prazos para cumprir e que poderão ser desperdiçados 50% do investimento.

- Pedro Ferreira:

Na sua opinião teria sido melhor marcar esta Assembleia para data posterior porque se poderia cumprir o envio da documentação dentro do prazo legal, evitando esta situação.

- João Lopes:

Após estas intervenções, propôs à Mesa, que se fizesse nova votação, feita em separado, ponto a ponto, o que foi aceite.

Após esta proposta, Álvaro Costa em nome da bancada da CDU solicitou cinco minutos de intervalo para reflexão da bancada, o que foi aceite.

Retomados os trabalhos, Álvaro Costa lamentou que se chegasse a esta situação desnecessariamente, mas analisada a situação, esclareceu que, na votação em separado que se iria seguir, a bancada da CDU indicaria a sua intenção de voto.

Submetido à votação a inclusão do ponto 5, foi aprovado por unanimidade.

Submetido à votação a inclusão do ponto 7, foi rejeitado, com 10 votos contra, 12 votos a favor e 2 abstenções, não perfazendo desta forma os dois terços necessários de acordo com a Lei.

Durante a discussão deste ponto, o presidente da Assembleia Municipal solicitou a continuação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Submetido à discussão, Álvaro Costa salientou a boa condição que resulta para a autarquia quando se chega a 31 de dezembro com 96,63% de realização na estrutura das receitas e na estrutura da despesa um grau de execução de 74,53%, referindo por isso, que estes resultados contradizem um pouco a situação alarmante que algumas pessoas afirmam.

PONTO 2 – DESIGNAÇÃO DE 3 ELEMENTOS PARA O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR

O presidente da Assembleia Municipal solicitou às bancadas a indicação de nomes.

Carla Pereira, em nome do PS, indicou os seguintes nomes:

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro
- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves
- Andreia Patrícia Silva e Sousa

Dado que nenhuma outra bancada indicou nomes, ficou a apresentada como lista única.

Após a apresentação da lista, Álvaro Costa afirmou entender que deveria ter sido tido em conta que a composição da lista pudesse ser abrangente quer em termos das pessoas quer em termos das forças partidárias que compõem a Assembleia Municipal.

João Lopes salientou que na anterior sessão não chegaram a acordo sobre a representatividade de todas as bancadas e que concorda com a lista agora apresentada por entender ser uma excelente proposta.

Submetida à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- 15 votos a favor
- 9 votos contra

PONTO 3 – RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO SOCIAL DE S.

BRÁS, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NA FREGUESIA DO SAMOUÇO

Submetida à discussão, o presidente da Câmara informou que quer este ponto quer o seguinte se trata de um mero formalismo que resulta da atualização do valor mínimo remuneratório.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 22).

PONTO 4. RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Anexo á Minuta da Ata como Doc. 23).

PONTO 5. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS PARA REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO LÁPARO – PROC.º I-05/17 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (PS, PPD-PSD e CDS-PP) e 10 abstenções (CDU). (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 24)

Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS.(Anexo à Minuta da Ata como Doc. 25)

Miriam Boieiro fez declaração de voto em nome da CDU. (Anexo à Minuta da Ata como Doc. 26)

PONTO 6. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA

O presidente da Assembleia Municipal solicitou às bancadas a indicação de nomes.

Carla Pereira, pelo PS, propôs Carlos Manuel Rosa Correia.

Henrique da Câmara, pela CDU, propôs Susana Isabel Marques Pereira Maia.

Submetida à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Carlos Manuel Rosa Correia – 14 votos a favor
- Susana Isabel Marques Pereira Maia – 10 votos a favor

Desta forma, ficou eleito Carlos Manuel Rosa Correia como representante da Assembleia na referida Comissão.

PONTO 7. REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA

A admissão deste assunto foi rejeitada, por 10 votos contra, 2 abstenções e 12 votos a favor não se obtendo assim a maioria de 2/3 de acordo com a Lei.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Neste período usaram da palavra os deputados João Lopes e Álvaro Costa tecendo comentários à apresentação de algumas declarações de voto nesta sessão.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 02:20 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: